



### Formulação da identidade nacional católica na República Velha

Lizabethli Petronio da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Palco de vários processos históricos importantes, o período ao qual propomo-nos estudar, 1889-1930, tem como um de seus principais fatos a Proclamação da República no Brasil. Após a Proclamação ocorreram várias mudanças no panorama da esfera pública, entre eles a separação constitucional entre Igreja e Estado. Embora a separação entre Igreja e Estado tivesse sido feita e existisse uma supervalorização do modelo estrangeiro que preconizava a separação, existia uma busca pela formação de uma identidade nacional. Símbolos que unissem a nação naquele momento eram de indiscutível importância, pois, caso contrário, as elites republicanas veriam a nação fragmentada em pouco tempo. A formulação da identidade nacional baseada no homem moderno era pensada pelas elites. Entendemos por elites os “*administradores*” dos negócios públicos das sociedades organizadas, conceito apresentado por Michael L. Conniff em “Por outra História das elites”. Em nossa pesquisa analisamos, mais especificamente, os intelectuais católicos da elite, que propuseram uma identidade católica e moderna para a nação. É necessário, porém, uma definição e um recorte de “*quem*” seriam esses intelectuais que este projeto estuda: os “*Intelectuais leigos*”. Eles são intelectuais católicos não pertencentes à hierarquia do clero, entretanto, como católicos, seriam os mais eficientes difusores de uma noção de identidade católica nacional no período em que estudamos, pois eles chegam onde os membros do clero não chegam, vão onde os membros do clero não vão.

**Palavras Chaves:** Elite, Estado, Intelectuais

**ABSTRACT:** Stage of several important historical processes, the period for which we propose to study, 1889-1930, has as one of its main facts Republic Day in Brazil. After the Proclamation were several changes in the panorama of the public sphere, including the constitutional separation of church and state. Although the separation of church and state had been made and there was an overvaluation of the foreign model who advocated the separation,

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de Licenciatura plena em História da Universidade Católica de Pernambuco; Bolsista do Programa de Incentivo a Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC-UNICAP), [lizabethli@hotmail.com](mailto:lizabethli@hotmail.com)



there was a search for the formation of a national identity. Symbols that unite the nation at that time were of undeniable importance, since otherwise it would see the Republican elites fragmented nation shortly. The formulation of national identity based on modern man was thought by the elite. We understand by elites "managers" of public affairs in advanced societies, a concept presented by Michael L. Conniff on "Why another history of the elites." In our research we analyzed, more specifically, the Catholic intellectual elite, who proposed a modern Catholic identity and the nation. It is necessary, however, a definition and an outline of "who" would be those intellectuals who studied this project: the "lay intellectuals." They are non-Catholic intellectuals hierarchy of clergy, however, as Catholics, would be most effective disseminators of a national sense of Catholic identity in the period studied, because they arrive where the clergy are not enough, go where the members of clergy will not.

Keywords: Elite, State Intellectual

### INTRODUÇÃO

Mergulhamos no contexto histórico da República Velha, mas especificamente nas inter-relações de circunstâncias recifenses no final do século XIX e início do século XX, para identificar, através de associados da Academia Pernambucana de Letras, como se davam as relações práticas de influências dos intelectuais católicos no campo intelectual laico ligado à formulação de identidades nacional. No decorrer deste artigo fazemos análises históricas na esfera micro e na esfera macro, onde resgatamos discursos de intelectuais pernambucanos através dos quais visualizamos o modo como a Igreja Católica se fazia presente, mesmo em um sistema que separa oficialmente a Igreja do Estado, na formulação da identidade nacional e nas mais diferentes esferas dos Poderes Político, Econômico e Social, e que tipo de estratégias cotidianas eram utilizadas à obtenção deste fim. Ou seja, num novo mundo dito pela elite republicana como secularizado, formada por indivíduos debruçados sobre discursos racionais, como tornar efetiva a proposta de uma identidade nacional católica?

### INFLUÊNCIA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL



Como embasamento teórico para a nossa temática, iremos utilizar alguns teóricos, dentre eles Peter Berger com sua teoria da plausibilidade onde iremos fundamentar essa proposta de identidade católica nacional:

Os seres humanos específicos que habitam nela [a estrutura de plausibilidade] a rede conversacional pela qual estes habitantes mantêm a realidade em questão funcionando, as práticas e rituais terapêuticos e as legitimações que os acompanham.(BERGER,1996 p.68)

Além de Peter Berger, nesta nossa proposta usamos como fundamentação teórica Pierre Bourdieu. Bourdieu desenvolveu a teoria do *construtivismo estruturalista* ou *estruturalismo construtivista*.

O estruturalismo é um ponto de vista objetivista, no sentido em que as estruturas são consideradas como realidades que existem objetivamente e que impõem sua lógica, do exterior aos agentes, que estarão mais estreitamente submetidos a ela quanto menos consciência disso tiverem.(BONNEWITZ,2003, p. 24)

Então, para Bourdieu a sociedade é composta por estruturas, a cultura, pertencente a essa estrutura, é usada como sistema de dominação, é também um “*sistema de significações hierarquizadas: a cultura se torna um móvel de lutas entre grupos sociais cuja finalidade é manter os distanciamentos distintivos entre classes sociais*”. Bourdieu enfatiza principalmente que a cultura é um capital produzido num campo particular, ele considera

(...) a cultura não apenas como acesso a um patrimônio artístico e cultural, mas também como uma hierarquia de valores e de práticas. (...) a cultura tem todas as propriedades de um capital. Como tal, ela é móvel de lutas num campo que se automatizou.(BONNEWITZ,2003 p. 25 )

Contendo alguns pensamentos semelhantes ao de Marx, para Bourdieu a luta de classes toma proporções simbólicas através da cultura, que funciona a partir de uma espécie de lógica de mercado, lei da oferta e da procura, onde os produtos tornam-se “códigos simbólicos” de acordo com as necessidades, em sistemas culturais que podem ser constituídos de “*maneiras de ver, maneiras de sentir e maneiras de raciocinar*”. Esses conflitos simbólicos são utilizados como uma espécie de manipulador da mentalidade das massas.



O período que estudamos, 1889-1930, é palco de vários fatos históricos importantes. Um dos principais deles é a Proclamação da República no Brasil. Com a proclamação da república ocorreram várias mudanças no panorama da esfera pública, entre eles a separação constitucional entre Igreja e Estado.

A noção de nacionalidade neste período supervalorizava os modelos estrangeiros, passando o nacional a ser mais forte só na década de 30 e 40. Embora a separação entre Igreja e Estado tivesse sido feita e essa supervalorização do modelo estrangeiro, existia uma busca pela formação de uma identidade nacional. Símbolos que unissem a nação naquele momento eram de indiscutível importância, pois, caso contrário, as elites republicanas veriam a nação desfragmentada em pouco tempo.

Essa busca por algo que unisse a “nação” é abordada no livro “A formação das almas: o imaginário da República no Brasil” de José Murilo de Carvalho. Nesta obra o autor tem por temática a busca por símbolos e mitologias a serviço do sistema político, a busca de “Heróis” para a República e a Falta de aceitação na cópia do modelo francês da Mulher como Representação Republicana. No decorrer da leitura vamos percebendo o quanto essa busca de uma identidade nacional era importante, pois a modernidade tinha trazido a falta de interesse do homem com a esfera pública. De acordo com Benjamin Constant o novo homem era a felicidade pessoal e interesse privado, não tinha, portanto, tempo nem interesse para o envolvimento direto. Hume, que era uma fonte de inspiração para Constant, dizia que todos os homens eram “*velhacos*” motivados por meio do apelo ao interesse pessoal. Esse mundo moderno que Benjamin Constant dedicava tempo a estudar era o mundo do “*Utilitário*” que é “*o mundo da razão a serviço das paixões, e não o mundo da virtude no sentido mais antigo da palavra*”. Entretanto foi encima desse homem individualista que as estratégias de formulação da identidade nacional foram montadas, como dizia Mondevilli: “*vícios privados, virtudes pública*”.

A formulação da identidade nacional baseada no homem moderno era pensada pelas elites. Entendemos aí por elites os “*administradores*” dos negócios públicos das sociedades organizadas, conceito apresentado por Michael L. Conniff em “Por outra História das elites”. Antes do início da República os cargos mais altos eram reservados para uma pequena elite escolhida pela monarquia hereditária e seus sucessores, “*(...) procedimentos democráticos somente eram empregados para preencher cargos locais, provinciais e alguns parlamentares.*”, com a Constituição de 1891 ficou estabelecido que se realizassem eleições para praticamente todos os postos dos poderes executivos e legislativos. Entretanto



constatamos, ainda usando como base Michael L. Conniff, que no início do novo regime essa intenção não foi, de modo geral, plenamente cumprida, os líderes estavam sempre tentando se reeleger e colocar seus sucessores, como forma de manter-se representado no poder. A democracia passou todo o século XX numa gradual tentativa de aperfeiçoamento. Segundo Conniff:

Nos primórdios do século XX, a elite política coincidia bastante com as elites sociais, econômicas e intelectuais. Cada vez mais, porém, disponibilizou-se o acesso ao cargo público a indivíduos da classe média, de modo que a elite política não mais se sobrepunha tanto às outras. Carreiras políticas tornaram-se meios de mobilidade ascendente para pessoas talentosas com qualificações certas. Essa tendência trouxe um certo grau de democratização à sociedade brasileira, porque a liderança não mais estava restrita a um pequeno número de pessoas. (HEINZ, 2006, p. 28)

É necessário, porém, uma definição e um recorte de “quem” seriam esses intelectuais que este artigo estuda. Em sua tese de doutorado intitulada “*Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade nacional – Práticas e estratégias intelectuais: 1889-1930*”, Emanuela Sousa Ribeiro utiliza conceitos de intelectuais e recortes que nos ajudam nessa identificação dos intelectuais tratados neste texto: os “*Intelectuais leigos*”. Eles são intelectuais católicos não pertencentes à hierarquia do clero. Entretanto, como católicos, seriam os mais eficientes difusores de uma noção de identidade católica nacional no período em que estudamos, pois eles chegam onde os membros do clero não chegam, vão onde os membros do clero não vão. Para explicar voltamos a Conniff, que diz que as elites políticas coincidiam bastante com as elites sociais, econômicas e intelectuais, ou seja, esses intelectuais católicos eram presentes nas mais diferentes rodas de discussão, tinham contato com pessoas pertencentes aos mais diferentes setores da esfera pública, já que, como foi dito, a Igreja e o Estado tinham se separado. Ainda tomando como base Emanuela Sousa Ribeiro, vemos que as cartas oficiais do clero não são tão eficazes, no recorte da nossa temática para a pesquisa, quanto às cartas pessoais enviadas aos seus párocos.

Como delimitação da nossa temática estudamos os intelectuais leigos associados à Academia Pernambucana de Letras. A atual sede da Academia Pernambucana de Letras, desde 1966, localiza-se no cruzamento da avenida Rui Barbosa com avenida Dr. Malaquias, número 1596, na casa que pertenceu ao comerciante Português João José Rodrigues Mendes, barão Rodrigues Mendes. Várias obras e desmembramentos não mantiveram as dimensões originais da propriedade, que reduziu drasticamente com o tempo desde sua construção. A



Academia Pernambucana de Letras foi fundada em 26 de janeiro de 1901 por Carneiro Vilela e outros escritores pernambucanos da época, com um total de vinte cadeiras, foi dissolvida em 1910, sendo reorganizada em 1920, em 1921 o número de cadeiras foi aumentado para trinta, em 1960 foi aumentado para quarenta, sendo este o número atual. Desde a sua fundação teve sede em dois endereços diferentes antes do atual: a primeira no centro da então Praça da Concórdia (hoje Praça Joaquim Nabuco), o prédio foi construído pelo Governo do Estado para sediar a Escola Modelo. Aí funcionou, desde 1887, o Instituto Arqueológico, e desde 1901, quando da fundação a Academia Pernambucana de Letras. A sua demolição em 1911, pelo prefeito Arquimedes de Oliveira, com o objetivo de alargar a praça, foi uma das causas da crise que atingiu as duas instituições. A segunda sede situada na Rua do Hospício, funcionou, durante mais de vinte anos, o Instituto Ayres Gama, um dos nossos melhores educandários na época. O governador Manoel Borba o adquiriu, em 1918, para servir de sede definitiva ao Instituto Arqueológico. E ali após sua reorganização, ocorrida em 1920, funcionou, também, durante muitos anos, a Academia Pernambucana de Letras.

Manuel Netto Carneiro Campello, membro da Academia Pernambucana de Letras, sócio fundador do Circulo Católico, Lente Catedrático da Faculdade de Direito do Recife e sócio efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, além de político brasileiro, publicou livros como “História parlamentar de Pernambuco”, “História parlamentar de Pernambuco”, “Barão de Lucena: esboço biographico”. Publicou na obra intitulada “Á Margem do Parlamento” alguns discursos proferidos no Parlamento Nacional, onde três deles tem como pauta opiniões acerca do projeto do divorcio, muito discutido na época, onde ele externa a indignação dos associados do Circulo Católico de Pernambuco, concordando com eles e fazendo discursos expondo argumentos para que o projeto do divorcio seja rejeitado pois vai de encontro a infelicidade da família brasileira e embasa sua concordância com os membros sob o ponto de vista religioso, ethico e social:

Deputado Netto Campello – Rio – em sessão da directoria foi resolvido telegrafar aos dignos consócios pedindo o obsequio de apresentar o protesto do Circulo Catholico de Pernambuco contra o projecto de divorcio, que é offensivo aos sentimentos e direitos da maioria da sociedade brasileira – Corrêa de Brito, presidente<sup>2</sup>( CAMPELLO, 1913, p.19)

<sup>2</sup> “Discurso pronunciado na 118ª sessão em 4 de outubro de 1912 em virtude do protesto do circulo catholico de Pernambuco contra o projecto de divorcio”.



Afirmando várias vezes em sessão oficial no Parlamento ser “catholico liberal e Republicano”, Netto Campello externa em outro discurso trechos de uma carta que recebeu do Bispo da Diocese de Floresta, retomando à discussão sobre o divorcio, que ainda estava em pauta e faz-nos concluir como relações informais entre os Representantes da Igreja e os seguidores da doutrina católica, eram a forma mais eficiente do pensamento católico influenciar nas decisões tomadas pela elite republicana:

(..) do Exmº, e Revdmº Sr. D. Augusto Alvaro da Silva, eminente bispo da Diocese de Floresta (...) ‘Beberibe, 3 de outubro de 1912 – caríssimo amigo – Quanto a sua attitude nesta malfadada questão do divorcio, era já de se esperar a rectidão e a nobreza do seu procedimento em vista da rectidão e nobreza de seu alto caracter patriótico e chistão (...) e se puder fazer ouvir mais um protesto em nome da diocese de floresta, mais reconhecido lhe ficarei. Felizmente nós temos na Camara do paiz homens de envergadura do caro amigo e da maioria dos membros do Parlamento Nacional. E deixe-lhe fallar a verdade: eu estou certíssimo de que ainda esta vez não vingara o attentado que se procura fazer à religião e à Patria’ (...) essas declarações traduzem bem o protesto da diocese de Floresta em perfeita comunhão de vistos com o arcebispo de Olinda, para não dizer (...) com os sentimentos catholicos do altivo povo pernambucano<sup>3</sup> ( CAMPELLO, 1913, p.29)

Nesses discursos, vemos influências diretas e indiretas do discurso católico, que era declaradamente contra o divórcio por a família ser uma instituição divina e ser a base da sociedade, como percebemos no capítulo “A Recristianização da família” do livro “Programa de Ação Catolica”, que era uma espécie de manual de como deveriam ser as práticas e ações dos indivíduos à luz da doutrina:

A família é a semente da sociedade. Quem se propuzer restaurar a sociedade tem que começar consequentemente pela família. Ora segundo o conceito cristão, o matrimonio não é apenas um agregado de dois seres que se propõem agradar mutuamente, nem tampouco um mero contrato humano que poderá ser desfeito quando os contraentos assim no entenderem. E’ uma ligação sagrada que escapa á competencia do tabelião ou do juiz civil. E’ um sacramento instituído por Cristo, e realizado em face da Igreja, para a propagação da humanidade. Ele não é, não pode ser um laço efêmero que se possa desamarrar ao capricho dos sentimentos ou á mercê das idades. (...) Muitos se insurgem, contra as repetidas advertências da Igreja, esquecidos de que a proibição do divorcio vem do próprio Cristo. (NERY, 1933 p.74)

A utilização do livro “Programa de Ação Catolica” mostrou-se necessária, embora a obra tenha sido publicada após o tempo histórico que estudamos, sabemos que a formulação

---

<sup>3</sup> “Discurso pronunciado na 128ª sessão em 17 de outubro de 1912 a proposito do protesto da Diocese de Floresta contra o projecto do divorcio”.



de um livro antecede, e muito, a data de sua publicação, sendo seus pensamentos também reflexos do contexto histórico em que está inserido. Através de um discurso numa conferência do Circulo Católico de Pernambuco percebemos como havia a necessidade da publicação de um “Programa de Ação Católica”, assim como já havia a preocupação de incluir os jovens em um programa didático da doutrina, além de percebermos como seus pensamentos já estavam embutidos nos discursos de alguns intelectuais:

(...) para esses estudos, faltam-nos, sobretudo, bons livros e até manuais em que eles estejam ao alcance de toda a gente. Para remediar a essa falha, seria preciso formar bibliotecas circulantes, exigindo-se contribuição módica dos associados. (...) E’ ainda mais do que em livros, é nas revistas que acompanha o movimento das idéias. Proveitosíssimo resultado colheriam os jovens católicos sociais lendo assiduamente as grandes revistas dirigidas ou orientadas pelos jesuítas, as quais abordam os mais importantes assuntos doutrinários e práticos, com a notável competência de seus maiores especialistas. (NERY, 1933, p. 105)

Através de discursos como os de Netto Campello comprovamos a importância dos intelectuais leigos na formação da Identidade Católica Nacional, lembrando que a Igreja desvinculou-se do Estado e sua participação direta em projetos levados ao Parlamento eram inviáveis, então, através desses intelectuais o pensamento Católico se fazia presente principalmente nas deliberações que envolviam questões morais. Sabendo disso, a Igreja utilizava-se destas ferramentas para se fazer presente nas instituições políticas, isso pode ser comprovado na visualização da obra “Programa de Ação Católica”, citado anteriormente, onde existe um capítulo que mostra os deveres dos cristãos diante da política e dos ramos da esfera pública:

(...) Lacordaire: ‘depois do serviço desinteressado de Deus, não conheço nada mais heróico que o serviço público do homem de Estado. Seria comparável a renúncia dos católicos a colaborar na política, até certos respeito, ao chefe de família que negligenciasse o andamento e bem estar do seu lar. Que outra cousa é a Patria sinão o prolongamento da Família? Demais, cooperar no governo de um país é para o católico uma ocasião oportuna de restaurar o domínio de Cristo na Sociedade. Ensina-o o Papa atual quando disse: ‘Bem que se abstenha da política de partido, a **Ação Católica quer preparar-se para fazer a boa política; quer formar politicamente as consciências dos cidadãos, forma-los política e cristianamente...** Não só a Ação Católica não dificulta aos particulares a participação na boa política, mas até lhes inculca isso como dever rigoroso, pondo-os em condição de intervir na política com uma consciência mais iluminada e mais profunda. **A Ação Católica como ação católica não faz política, ela quer apenas ensinar aos católicos a fazer da política o**



**melhor uso, ao qual são obrigados todos os cidadãos e os católicos de um modo particular** (grifo nosso) (NERY, 1933, p.107)

Outro exemplo é uma citação de Thomas de Aquino, usada por um intelectual leigo em uma Conferência do Círculo Católico, acerca da importância na Igreja e da religião no Estado:

(...) cito Thomas de Aquino: ‘Os governos não tem força para se opor a estes desbordamentos. A severidade das penas lhes é inútil, porque o temor por si só não serve senão para irritar ainda mais os que o sofrem contra os que impõem a fazer-los aproveitar toda ocasião de revolta. É preciso um princípio de obediência mais elevado, e esse princípio é a consciência, é o temor de Deus. Só a religião é eficaz para fazer dobrar as vontades humanas e induzi-las não somente a obediência, mas ao amor para com a autoridade, o que é a maior salvaguarda da ordem social’ (BEZERRA, 1920, p. 8)

Outro exemplo dessa influência católica no discurso de intelectuais leigos avistasse no discurso de Antônio Vicente de Andrade Bezerra, presidente da Academia Pernambucana de Letras no período compreendido entre 29/03/1932 e 22/02/1933, tornando-se PATRONO da Cadeira nº 34, sócio Remido do Círculo Católico de Pernambuco, Diretor do Jornal “A Tribuna” em 1925, redator em 1927 e colaborador principal em 1932, Diretor da Associação da Boa Imprensa em 1928, Professor da Faculdade de Direito do Recife, Secretário da Justiça de Pernambuco em 1911, Secretário de Finanças de Pernambuco em 1916, Secretário Geral (em nível de gabinete) em 1916 e 1917 e Presidente da Assembléia em 1933, tendo assumido o Governadordo Estado entre 12/10 e 06/12/1935, que fala em Conferência do Círculo Católico, citada anteriormente, desta vez sendo o foco a esfera social:

A constante preocupação com esses assuntos, e, o que muito mais vale, o devotamento em lhes achar adequada e equitativa solução, decorrem, como corolários naturais, das duas grandes virtudes eminentemente sociais do cristianismo, a justiça e a caridade, (...) Vejamos agora, numa breve síntese, quais os traços dominantes da orientação católico-social nestes últimos tempos. A primeira inspeção, verifica-se que nela o aspecto social vai cada vez mais sobrelevando ao político. Ele disse que “cuida a atividade católica de influir nas instituições livres, criando, mantendo e inspirando sindicatos, cooperativas, associações de socorro, obras de patronato de todo gênero e sobretudo obras de instrução”. Porque o que não se deve perder de vista é o caráter essencialmente moral e religioso de cada um dos problemas que se enfeixam na chamada questão social. (BEZERRA, 1920, p. 7)



Recorremos também a Andrade Bezerra para falar o que, finalmente, motivava esses intelectuais a levar esta proposta a os distintos ramos da sociedade:

Uma das maiores belezas do catolicismo é a identidade de sentimentos que a aproxima os que professam a mesma fé, animados pelo mesmo ideal de perfeição, como uma só família universal, guardada e protegida pelo amor do mesmo Pae Comum. (...) nossas regras espirituais nos impõem a resignada e alegre aceitação dos mesmos deveres, individuais e coletivos, e nenhum laço mais forte há de união fraternal entre homens. (...) Quisera, tendo em vista as condições do momento e do meio, traçar (a nosso modo) um programa de obras sociais. (...) Na medida do possível, vamos cumprindo as árduas obrigações que nos impõem as regras da ética cristã, em face das tristes misérias sociais dos tempos presentes. (BEZERRA, 1920 p. 4)

### CONCLUSÃO

Após a proclamação da República, uma nova etapa estava se iniciando na história brasileira. Entretanto, era perceptível a necessidade de se encontrar símbolos e hierarquia de valores, ou seja, uma cultura, que fizessem com que o povo se enxergasse como nação republicana. Vimos que a Igreja Católica estava pronta para auxiliar na formulação de uma identidade nacional através do raio de ação do discurso católico nos espaços extra-católicos, e, mais ainda, o reflexo da participação deste discurso romanizador na sociedade pernambucana e brasileira. Os intelectuais leigos pertenciam as mais diversas órbitas das instâncias públicas e eram os mais eficientes difusores dessa proposta católica na sociedade e nas esferas do Poder, já que a Igreja se separou constitucionalmente do Estado e não podia intervir diretamente enquanto instituição. Esses intelectuais leigos associados à Academia Pernambucana de Letras, os quais nos referimos do decorrer do relatório, ilustram bem como essas influencias aconteciam. Netto Campello é um ótimo exemplo disso, e nos auxiliou nesta conclusão pois leva para uma sessão oficial um discurso embasado em pressupostos morais e éticos da doutrina católica, ou seja, vemos a intervenção da instituição sagrada no âmbito laico sem, para isso, se utilizar de uma abordagem direta.

Como vimos, isso só era possível por a Igreja ter noção do reflexo que o discurso da doutrina tinha sobre a mentalidade daqueles que professavam a fé católica, como exemplificamos num discurso de Andrade Bezerra que fala do sentimento que aproxima os católicos. Através disso a Igreja mostrava-se favorável ao envolvimento dos católicos na “boa



política”, numa política que formasse os cidadãos em preceitos cristãos, pois a Igreja dizia que o envolvimento na prática política só pela prática política não fazia sentido, mas sim o que os católicos iriam fazer dentro da política, de como eles iriam conduzir as decisões, implantando Cristo na política.

Como um país não é guiado apenas pelas instâncias do poder político as influências católicas se davam também nos âmbitos sociais, econômicos e culturais. Na esfera social comprovamos isso com nos discursos de Andrade Bezerra que falam a respeito do comportamento dos católicos nas instâncias sociais, mostrando-as como instâncias a serem melhor exploradas e que se sobreporiam ao político. Isso se daria pela abertura de intervenção direta da Igreja no aspecto social.

Por fim, recorreremos às atuais discussões sobre as pesquisas com células tronco, ou acerca da legalidade da maconha e do aborto que perpassam, além das instâncias legais, por parâmetros éticos e morais, onde, guardadas as devidas proporções de tempo e espaço, se utilizam da mesma lógica usada pela Igreja no período estudado, ou seja, se no mundo contemporâneo em que vivemos os discursos cristãos católicos, assim como o Papa, conseguem tomar um espaço representativo na mídia mundial, ou os segmentos protestantes estão conseguindo crescimento contínuo no Parlamento Nacional torna-se relevante a formulação de uma identidade católica nacional proposta por intelectuais leigos apresentada à uma sociedade, que no seu contexto histórico, vivia debruçada numa doutrina cristã católica e que tomava quase como verdade absoluta o discurso da moral e dos “bons” costumes, que ainda não tinha se adaptado totalmente à separação entre Igreja e Estado, onde essa estrutura se fazia plausível através de subestruturas que existiam objetivamente no cotidiano daquela época.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS. Centenário da Academia Pernambucana de Letras. **Os de ontem, os de hoje, os de sempre**. Recife: A Academia, 2001. v. 1 e v. 2.

BERGER, Peter L. **Rumor de Anjos**. A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2.ed.rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p.68



BEZERRA, A. V. de Andrade. **Acção social catholica**. Recife: D'A gazeta, [1920] in IGREJA CATÓLICA.. **L'encyclique sur la question sociale "quadragesimo anno"**. Paris: SPES, [1931]. 66 p. Entrada Secundária - *Acção social catholica*

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003. 149 p.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. (org). 2006. 203 p.

NERY, José de Castro. **Programa de acção católica** P. J. de Castro Nery. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. 201 p.

Netto,. **Á margem do parlamento: discursos, projectos e interviews em 1912**. 2. ed. Recife: Imprensa Industrial, 1913. p. 19

PARAÍSO, Rostand. **Academia Pernambucana de Letras: sua história**, v. 1. Recife: APL, 2006. 209 p.

PARAÍSO, Rostand. **Academia Pernambucana de Letras: efemérides**, v. 2. Recife: APL, 2006. 341 p.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Modernidade no Brasil, Igreja Católica, identidade nacional: Práticas e estratégias intelectuais (1889 - 1930)**. Tese de doutoramento -- Programa de Pós-doutoramento em História- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2009. 309 p.

SILVA, Augusto Lins e. **Responsabilidade medico-legal**. 1. ed. Recife: I. Nery da Fonseca, 1913. 91 p.